

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria do Legislativo

EMENDA DE LIDERANÇA № 001/21 AO PLC 001/21 DE AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

Altera dispositivos do Projeto de Lei Complementar 001 de autoria do Poder Executivo

Art. 1º O Projeto de Lei Complementar 001/2021 de autoria do Poder Executivo passará a vigorar com as seguintes alterações:

Art. 3º Para pagamento dos créditos em favor do município serão concedidos os descontos de 100 % (cem por cento) sobre o valor das multas, juros e da atualização do crédito consolidado.

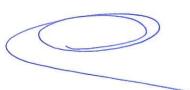
§ 1º O crédito consolidado poderá ser pago em até 60 (sessenta) parcelas mensais,

sucessivas e iguais, com os encargos previstos na legislação municipal.

Art. 4º
– aos créditos referentes às taxas, com exceção da Taxa de Fiscalização de Engenhos
de Publicidade - TFEP, e ao Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana
- IPTU vencidos após 31 de dezembro de 2021;

Art. 5º..... § 1º

(-).





§3º.....

Complementar.

CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria do Legislativo

§ 2º Poderão ser incluídos no requerimento os valores de ISSQN espontaneamente denunciados ou informados pelo contribuinte ou responsável tributário à repartição fazendária, decorrentes de infrações relacionadas a débitos vencidos até 31 de dezembro de 2020, com exceção do ISSQN previsto no inciso IV desta Lei Complementar.

§4º
§5º Na hipótese do do § 4º, o devedor, independentemente da condição de desconto
pretendida, deverá efetuar a quitação ou o pagamento da primeira parcela do débito
consolidado incluído no Programa de Incentivo à Regularização da Dívida Tributária
no Município de Contagem – PRÓ-CONTAGEM, em até 30 (trinta) dias de sua
constituição.
Art. 7º
I –
II – R\$ 250,00 (duzentos e cinqüenta reais) para as pessoas jurídicas
Art. 8º O vencimento da primeira parcela ou da parcela única dar-se-á em 30 (trinta)
dias da formalização do requerimento, e as demais no mesmo dia de vencimento da
primeira, para qualquer opção de pagamento tratado no artigo 3º desta Lei

Art. 2º Acrescenta § 4º ao Art. 3º do Projeto de Lei Complementar 001/2021 de autoria do Poder Executivo, com a seguinte redação





CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria do Legislativo

§ 3º Em caso de parcela única, fica autorizada a quitação do débito mediante dação em pagamento, nos termos do artigo 38-B e 38-G da Lei 1.611 de 30 de dezembro de 1983

Art. 3º O Art. 24 da Lei Complementar 289/2019 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24 A soma de todos os incentivos fiscais concedidos ao contribuinte por força da presente Lei Complementar não poderá ultrapassar 40% (quarenta por cento) do valor total do Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU - devido no respectivo exercício, exceto para os casos previstos no Art. 5º, onde os incentivos poderão alcançar até 100% (cem por cento).

Contagem, 22 de fevereiro de 2021

Alex Chiodi

Presidente –

Abne Motta

Vereador

are Arnaldo de Oliveira

Vereador

Bruno Barreiro

Vereador

Carlin Moura

Vereador

Daniel do Irineu

Vereador

Daisy Silva

Vereadora

Denilson da JUC

Vereador

Daniel Carvalho

Vereador

Gegê Marreco

Vereador



CÂMARA MUNICIPAL DE CONTAGEM

ESTADO DE MINAS GERAIS Diretoria do Legislativo

Glória da Aposentadoria

Vereadora

Hugo Vilaça

Vereador

José Carlos Gomes

Vereador

Léo da Academia

Vereador

Moara Sabóia

Vereadora

Pastor Itamar

Vereador

Ronaldo Babão

Vereador

Silvinha Dudu

Vereadora

Teteco

Vereador

José Antônio do Hospital Santa Helena

Vereador

Vinícius Faria

Vereador -

